


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE ITU**
**FORO DE ITU**
**2ª VARA CÍVEL**

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**DECISÃO**

Processo Digital nº: **1005855-94.2019.8.26.0286**  
 Classe - Assunto: **Recuperação Judicial - Administração judicial**  
 Requerente: **Itupetro Comércio e Transporte de Derivados de Petróleo Ltda " em Recuperação judicial" e outros**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**

 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Karla Peregrino Sotilo**

Vistos.

1 - Fls. 2845: Retifique-se o nome dos patronos da credora BRK S/A Crédito, Financiamento e Investimento, no sistema SAJ.

2 – Fls. 3315, 3317, 3325: **DEFIRO** a habilitação. Cadastre-se no sistema SAJ.

3 – Fls. 3319/3321: o Administrador Judicial se manifestou favoravelmente ao plano de recuperação judicial modificado apresentado pela recuperanda, ressaltando o cumprimento dos requisitos previstos na Lei nº 11.101/2005.

O Banco do Brasil e o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S/A (Banrisul) apresentaram oposição às fls. 3322/3324 e 3334/3336 requerendo a deliberação em assembleia de credores.

Realizada assembleia geral de credores em 09/06/2021, em continuação à segunda convocação, por meio de plataforma virtual, o Administrador Judicial informou que o plano de pagamento foi aprovado pela maioria dos credores presentes (fls. 3346/3347):

Assembleia Geral de Credores - Resultado Votação Plano de Recuperação Judicial	
Requisitos Legais (art. 58, 11.101/2005)	Preenchimento
Voto favorável de mais da 1/2 do valor de todos os créditos presentes, independentemente de classes	Aprovado
Aprovação de 2 classes de credores	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Trabalhistas	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Garantia Real	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores Quirografário	Aprovado
Voto favorável de mais de 1/3 dos credores ME/EPP	Aprovado
<b>RESULTADO</b>	<b>PLANO APROVADO</b>

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ITU

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A recuperanda requereu a homologação do plano de pagamento, com o consequente deferimento da recuperação judicial (fls. 3372/3373).

O credor Continentalbanco Securitizadora S/A afirmou que o plano de pagamento e os modificativos apresentados pela recuperanda contêm ilegalidades, passíveis de serem suprimidas por meio do controle de legalidade judicial. Apontou que o plano de recuperação e os modificativos apresentados possuem previsão de extinção dos processos judiciais contra os avalistas e garantidores e consequente liberação das garantias. Afirmou ser manifestamente ilegal tal disposição, pois impede que os credores busquem a satisfação de seus créditos perante os coobrigados, avalistas e fiadores. Acrescentou que, discordando de tal disposição e apresentando ressalva ao Administrador Judicial, votou pela aprovação do plano. Requereu a declaração de nulidade da cláusula 10ª do Plano de Recuperação apresentado e aprovado pela maioria dos credores, citando o Enunciado 44, da I Jornada de Direito Comercial (CJF/STJ): "a homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle judicial de legalidade".

**Breve o relatório. DECIDO.**

O art. 58 da Lei nº 11.101/2005 determina a concessão da recuperação judicial ao devedor em duas hipóteses:

- 1ª) se o Plano de Recuperação Judicial não tiver sido impugnado por nenhum credor;
- 2ª) caso seja impugnado, que tenha sido aprovado pela Assembleia Geral de Credores regularmente convocada.

No caso em estudo, o plano de recuperação judicial e seus modificativos foram aprovados, por maioria, na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 09/08/2021, com uma única ressalva apresentada pela Continentalbanco, que também votou favorável à aprovação.

A insurgência da impugnante Continentalbanco não está adstrita ao controle de legalidade judicial, mas se insere na esfera de discricionariedade dos credores.

Anoto que do ponto de vista legal, o plano de recuperação e modificativos apresentados não possuem qualquer mácula ou nulidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ITU

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A devedora é parte legítima para o pleito formulado, nos termos do art. 1º e art. 47; encontram-se preenchidos os requisitos do art. 48 para propositura da demanda e o plano apresentado satisfaz os termos do art. 53, todos da Lei nº 11.101/05.

A convocação, instalação e deliberação em Assembleia Geral de Credores atendeu aos requisitos especificados em lei não sendo suscitada qualquer nulidade ou irregularidade.

Importante ressaltar que o controle judicial se restringe à legalidade do Plano de Recuperação Judicial, sendo atribuição da Assembleia Geral de Credores a análise da viabilidade econômica.

Nesse sentido, são os Enunciados n.º 44 e 46 da I Jornada de Direito Comercial CJP/STJ:

44. A homologação de plano de recuperação judicial aprovado pelos credores está sujeita ao controle de legalidade.

46. Não compete ao juiz deixar de conceder a recuperação judicial ou de homologar a extrajudicial com fundamento na análise econômico-financeira do plano de recuperação aprovado pelos credores.

Desse modo, a pretensão de declaração de nulidade da cláusula do plano de recuperação judicial que prevê a liberação dos coobrigados pela obrigação não comporta acolhimento, pois se insere no campo de disponibilidade dos credores.

Nesse sentido:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - ANULAÇÃO DA CLÁUSULA DO PLANO QUE PREVÊ A LIBERAÇÃO DE TERCEIROS GARANTIDORES - REFORMA - LIBERAÇÃO DAS GARANTIAS QUE NÃO OFENDE AO TEXTO LEGAL - REGRA GERAL DO ART. 49, § 1º, DA LEI Nº 11.101/05 QUE ADMITE AFASTAMENTO PELA ASSEMBLEIA DE**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE ITU

FORO DE ITU

2ª VARA CÍVEL

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

CREDORES - DIREITO DISPONÍVEL DAS PARTES - INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA, TELEOLÓGICA E HISTÓRICA DA LEI Nº 11.101/05 - PRECEDENTES DESTE E. TJ/PR E DO E. STJ - DESRESPEITO AO JUÍZO UNIVERSAL DA DECISÃO TRABALHISTA QUE DESCONSIDEROU A PERSONALIDADE JURÍDICA DA RECUPERANDA - NÃO ACOLHIMENTO - DESCONSIDERAÇÃO DE BENS QUE ATINGIRÁ O PATRIMÔNIO DOS SÓCIOS DA EMPRESA EM RECUPERAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PROVIDÊNCIA PELO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO E. STJ - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO 1. Embora a regra geral seja a de que os credores do devedor em recuperação judicial conservem seus direitos e privilégios em relação aos terceiros e coobrigados (art. 49, § 1º, da Lei nº 11.101/05), interpretação sistemática, teleológica e histórica da Lei de Recuperação e Falências possibilita que a Assembleia de Credores indique solução diversa no Plano de Recuperação Judicial. 2. Além do art. 49, § 2º, da Lei nº 11.101/05 ser expresso quanto à possibilidade de convenção sobre os efeitos das obrigações, trata-se de situação compatível com a natureza disponível da discussão, inexistindo ilegalidade a recomendar a interferência do Poder Judiciário. Precedentes. 3. A decretação da desconsideração da personalidade jurídica da Agravo de Instrumento nº 1.650.697-1 fl. 2 recuperanda na seara trabalhista não viola a competência do juízo universal da falência, já que as medidas executivas passarão a correr em desfavor de seus sócios e administradores, os quais não estão abrangidos pelo procedimento recuperacional. Precedentes. (TJPR - 18ª C.Cível - AI - 1650697-1 - Nova Fátima - Rel.: Marcelo Gobbo Dalla Dea - Rel.Desig. p/ o Acórdão: Denise Kruger Pereira - Por maioria - J. 04.10.2017)

Ressalto, por oportuno, que a tese fixada no julgamento do REsp nº 1333349/SP, na forma de repetitivo (Tema 885 STJ), não possui aplicação ao caso em estudo, posto que no presente feito houve deliberação da Assembleia Geral de Credores acerca da liberação dos coobrigados.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ITU**

**FORO DE ITU**

**2ª VARA CÍVEL**

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjst.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Neste cenário, afasto a impugnação do credor Continentalbanc e, com fundamento no art. 58 da Lei nº 11.101/2005, **DEFIRO a RECUPERAÇÃO JUDICIAL** às sociedades empresárias **ITUPETRO COMÉRCIO E TRANSPORTE DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA., SIMEIRA LOGISTICA LTDA., INFINITI PLUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. E SIMEIRA PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EIRELI**, homologando o Plano de Recuperação Judicial e seus modificativos aprovados em Assembleia Geral de Credores.

A Recuperação Judicial perdurará até que se cumpram todas as obrigações previstas no Plano aprovado, que se vencerem até 02 anos após a concessão da recuperação judicial, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/2005

O descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano de Recuperação durante esse interregno acarretará a convolação da recuperação judicial em falência (artigo 61, § 1º, c/c artigo 73, inciso IV, ambos da Lei nº 11.101/2005).

Os pagamentos deverão ser efetuados diretamente aos credores, que deverão informar seus dados bancários à recuperanda, ficando vedados, desde já, quaisquer depósitos nos autos.

Oficie-se à JUCESP para os fins do artigo 69 da Lei nº 11.101/2005.

4 – Fls. 3380/3390: Com a homologação do plano de Recuperação Judicial, os créditos regularmente habilitados são novados, acarretando a extinção das ações de execução em curso.

Desse modo, cabe à Recuperanda a comprovação de que os créditos exequendos referentes aos Processos em curso na 3ª Vara Cível de Itu foram devidamente habilitados, sendo abrangidos pelo plano de recuperação judicial ora homologado, requerendo a extinção dos respectivos feitos, uma vez que a satisfação dos créditos se dará de acordo com o plano de pagamento.

5 – Fls. 3443/3454: Homologado o Plano de Recuperação Judicial não há que se falar em manutenção dos bens essenciais ou prorrogação da suspensão das ações de busca e apreensão em curso.

Os bens oriundos de contratos com cláusula de garantia fiduciária não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE ITU**

**FORO DE ITU**

**2ª VARA CÍVEL**

Rua Luiz Bolognesi, s/nº, Sala 02, Brasil - CEP 13301-390, Fone: (11) 4022-1101, Itu-SP - E-mail: itu2cv@tjsp.jus.br

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Desse modo, **INDEFIRO** o pleito formulado pela recuperanda.

Int.

Itu, 05 de julho de 2021.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**